

## ENTRE O OUTORGANTE E O OUTORGADO: A COMPRA E VENDA DE TERRAS POR DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS EM IRATI-PR (PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX)

Regiane Maneira <sup>1</sup>

Hélio Sochodolak <sup>2</sup>

### OS FAXINAIS DE IRATI-PR: O CASO DA LOCALIDADE DE RIO DO COURO

A imigração europeia para o Brasil é um tema com considerável número de pesquisas e com direcionamentos teórico-metodológicos diversos, possuindo um considerável referencial de autores na área de História. No caso da historiografia paranaense o tema foi contemplado em inúmeros trabalhos e em diferentes perspectivas, principalmente produzidos pela Universidade Federal do Paraná, abrangendo grupos étnicos como alemães, poloneses, ucranianos e italianos. Podemos citar, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Altiva Pilatti Balhana, Cecília Westhephalen, Sérgio Odilon Nadalin, Maria Luiza Andreazza e Oksana Boruszenko.

A historiografia que trata da imigração italiana no Paraná produziu trabalhos que abordam diversificadas faces desse processo. Porém, é escassa a produção que estudou a imigração italiana em Irati-PR e mais ainda, a relação desse processo com a formação dos faxinais.

O “faxinal”, definido como um sistema tradicional de uso coletivo da terra, fez parte da realidade um número considerável de municípios da região centro-sul do Paraná. Mesmo assim, poucas são as pesquisas que abordam esse tema, bem como sua relação com levadas migratórias, como a italiana, por exemplo. As manifestações, práticas, crenças e simbologias da cultura dos “faxinais”, ou melhor, das culturas dos “faxinais”, ainda carecem serem estudadas. (MANEIRA, 2014, p.15)

No Estado da Bahia, existe uma forma de organização que se assemelha aos faxinais, e que é chamado de “fundo de pasto”. Característica comum a esses dois sistemas, fundo de pasto e faxinais, é que os animais, como caprinos e ovinos, são criados à solta em um regime comum da terra. Essa organização teria surgido no século XVIII, “... quando os donos de duas das grandes sesmarias, que cortavam a Bahia do Litoral até o Rio São Francisco, começaram a abandonar as fazendas de gado que se localizavam no sertão...” (TORRES, 2011, p. 50).

#### No sistema Fundo de Pasto

as propriedades coletivas têm como atividade econômica principal o pastoreio extensivo e/ou semi-extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e de

#### Palavras - chave:

Imigração italiana; Compra e venda de terras; faxinal; Irati.

**Resumo:** O presente artigo possui como objetivo analisar o processo de compra e venda de terras por pessoas descendentes de imigrantes italianos que saíram da Colônia Balbino Cunha em Campo Largo-PR e se dirigiram para Irati-PR, especificamente para a localidade de Rio do Couro. Como documentação, utilizamos escrituras públicas de compra e venda de terras as quais foram cedidas por moradores do Rio do Couro.

1 Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC.

Orientador. Doutor em História pela UNESP/ Assis. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e como professor visitante no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

bovinos sem raça definida (SRD) com direito de uso comum da pastagem nativa, a caatinga e, secundariamente é praticada nessas áreas uma agricultura de subsistência em roças de sequeira individuais, com a constante incerteza de boa colheita, haja vista as estiagens cíclicas. (CAR, 2008, p. 35)

Salientamos que a principal semelhança dos “fundos de pasto” com os “faxinais”, se refere ao uso de uma área comum para criar animais, em sua maioria, para o próprio consumo. Essa área no faxinal foi denominada por pesquisadores do tema e também pelos próprios moradores, como terras de criar ou criadouro comunitário e que apesar de ser utilizada coletivamente, são terras que possuem proprietários

As terras de criar são delimitadas por uma cerca construída coletivamente pelos moradores, sendo que cada família é responsável pela manutenção de determinado trecho dessa cerca, impedindo, assim, que os animais ultrapassem essa barreira e acabem adentrando as terras de plantar. As terras de plantar, localizadas fora do espaço destinado para a criação de animais, são utilizadas para a prática da agricultura, onde são cultivados gêneros alimentícios como feijão, arroz, milho, trigo, os quais são destinados, em sua maioria, para o consumo das próprias famílias. (MANEIRA, 2014, p. 16)

No município de Irati, localizado na região centro-sul do estado do Paraná, em um estudo realizado em 2009, foram catalogados 14 (quatorze) “faxinais”, número significativo se comparado ao total de localidades existentes.

Nossa pesquisa procurou investigar uma des-

as localidades, Rio do Couro, a qual é umas das poucas comunidades de Irati que tem a maioria de sua população descendente de imigrantes italianos, predominando as famílias Maneira, Aggio e Jacumazo. Essa localidade fica na zona rural de Irati, aproximadamente 25 quilômetros e a maioria de seus moradores dedicam-se à agricultura, com o cultivo principalmente do tabaco.

Rio do Couro possuía o criadouro comunitário, que era a área em que se criavam os animais coletivamente, juntamente com as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, que são vizinhas ao Rio do Couro. Essas três localidades organizavam-se em um único criadouro comunitário até 2003. Nesse ano os moradores de Rio do Couro se reuniram no Pavilhão da Capela São Sebastião dessa mesma localidade e decidiram não mais criar animais a solta no criadouro. (ASSOCIAÇÃO DOS AGEICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO, ATA Nº 35, 2003. Mesmo assim as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos continuaram se organizando a partir do criadouro comunitário.

O criadouro comunitário, como já mencionado anteriormente, é o espaço comum utilizado para a criação de animais como bovinos, equinos, caprinos, ovinos e, principalmente, os suínos. Fora desse espaço, separado por uma cerca, construída pelas famílias que utilizam o criador, existem as áreas destinados para a prática da agricultura, as terras de plantar. As casas dos moradores situam-se no espaço utilizado para a criação de animais. As



Figura 1.  
Fotografia de Família

Fonte: Arquivo particular de  
Maria Elizabeth Maneira –  
aprox. década de 1970

moradas possuem, em sua maioria, cercas ao seu redor, juntamente com quintais, estábulos e “mangueirões”, estes últimos usados para a engorda de alguns porcos. (MANEIRA, 2014, p. 20). Conforme afirma Nerone:

A terra é dividida em duas partes, segundo a composição da paisagem: uma destinada à criação solta (terras de criar) e outra para a plantação (terras de lavoura) (...) No Sistema Faxinal há um modo específico de seus habitantes organizarem e distribuírem o espaço de sua moradia, que não é junto com a plantação, com os demais colonos do meio rural, mas junto dos animais de da floresta. (NERONE, 2000, p.13)

Além dos espaços de criar e de plantar, existia outro elemento de grande importância para os faxinais e até mesmo para a economia paranaense: a extração da erva-mate, árvore nativa da região. As folhas da planta eram extraídas em determinada época do ano, geralmente das terras de criar, porém, só poderiam usufruir dos lucros gerados pela venda das folhas, as pessoas que fossem proprietárias das terras onde a planta era encontrada.

Se utilizássemos esse conceito, poderíamos denominar o local que realizamos nossa pesquisa enquanto “faxinal” ou “sistema faxinal”, haja vista que possuía um espaço comum para a criação de animais, ou seja, um criadouro comunitário. Contudo, percebemos que os moradores da localidade de Rio do Couro nomeiam o “faxinal” de forma diferente. Para esses moradores o espaço onde residem não é configurado enquanto um “faxinal”, mas sim um “criador”. (MANEIRA, 2014, p. 21)

Na fotografia anexada acima, datada de meados da década de 1970, os moradores da localidade do Rio do Couro estão em frente à da antiga escola da comunidade, a qual localizava-se dentro do criadouro comunitário. Percebe-se nessa imagem pinheiros, o que indica que havia a presença da mata nativa no criadouro.

Acreditamos que, se referir a essa localidade enquanto “faxinal” é utilizar um conceito que não corresponde à forma como os moradores significam suas práticas culturais. Isso demonstra que os conceitos que são construídos nem sempre dão conta de abordar todas as particularidades que determinadas realidades apresentavam/apresentam.

## **A CHEGADA DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS NO PARANÁ E A COLÔNIA BALBINHO CUNHA**

Após a abolição da escravidão negra no Brasil

(1888) houve a necessidade de mão-de-obra para manter o trabalho nas lavouras de café que se expandiam cada vez mais, principalmente em São Paulo. A estratégia usada pelo governo foi, então, uma política de incentivo a imigração europeia, conforme afirmou Altiva Pilatti Balhana: “Na estratégia governamental brasileira relativa ao problema imigratório, a função principal da imigração era o fornecimento de mão-de-obra para a agricultura, sobretudo para o cultivo de café em expansão.” (BALHANA, 1987, p. 123)

Somava-se a isso a como as propagandas feitas na Europa, de que no Brasil haveria uma grande quantidade de terras férteis e a produção seria farta:

Esse mundo imaginário de um Brasil afável, gentil, onde tudo se multiplicava à larga, permeou parte do campo europeu do século XIX. Algumas máximas foram constantes nessas canções, como a de uma natureza luxuriante e benfazeja, da qual seria possível extrair alimentos à vontade, a dicotomia entre ricos e pobres e, finalmente, a ideia de que seria fácil enriquecer. (ALVIM, 1988, p. 219)

Grande parte dos imigrantes que vieram para o Brasil partiu da Itália. A causa dessa imigração teria relação com os altos índices de natalidade e a prática de uma economia pautada, principalmente, na agricultura.

País dotado de população exuberante, cujos coeficientes de natalidade mantiveram-se bastante altos até o final do século XIX, conservou por longo tempo suas atividades econômicas fundamentadas na agricultura. Estes foram os principais determinantes que estimularam as correntes migratórias italianas. (BALHANA, 1987, p. 121)

Outros autores também apontam outros fatores que impulsionaram a imigração italiana. Zuleika M. F. Alvim em seu livro “Brava Gente!” afirma que um elemento preponderante nesse processo foi a entrada do capitalismo no campo, que fez com que ocorresse a concentração das propriedades, altos impostos sobre a terra, oferta pelas grandes propriedades de produtos a preços inferiores no mercado e a transformação do pequeno agricultor em mão-de-obra para a indústria que se iniciava (ALVIM, 1986, p. 22). A entrada do capitalismo no campo prejudicou, na visão de Alvim, os pequenos agricultores que não conseguiam mais competir, em termos de produção e venda, com os grandes proprietários. A Itália tornava-se, portanto, a Itália “expulsora”.

Os imigrantes que vieram para o Brasil eram, em sua maioria, da região do Vêneto e representavam cerca de 47,8% de toda a Itália. No caso do Paraná o percentual de pessoas vindas do Vêneto chegou a 90%. O restante desse percentual eram pessoas oriundas da



região da Lombardia, Toscana, Abruzzo, Campania, Sicília e Calábria (BALHANA, 1987, p. 123).

A região do Vêneto, antes de ocorrer a intensa imigração para o Brasil, ficou marcada pela miséria que assolou os italianos, causada principalmente pela escassez agrícola. Tal fato auxilia a compreender as causas da imigração dessa região.

Em um artigo do jornal *L'Eco di Bergamo*, publicado em 25 de dezembro de 1890, intitulado “A Miséria na Itália”, percebe-se claramente a situação miserável presenciada pelos italianos, que acabavam se alimentando com qualquer alimento que havia disponível, no caso, um animal que havia morrido por doença.

Terça-feira passada morreu de uma doença qualquer um burro velho e decrepito, pertencente a um pequeno agricultor. O pobre animal, magro, esquelético, foi sepultado no campo. No dia seguinte, passando por uma estradinha a cinco ou seis quilômetros de sua casa, o agricultor deparou, num buraco, com a parte inferior de uma perna do burro. Olhou e viu a marca da ferrada: era a perna do seu burro que havia sido desenterrado e comido. (SANTOS, 2005, p.37)

O texto publicado no jornal demonstra a presença de agricultores nessa região e também a extrema escassez de alimentos a ponto de um animal morto por doença ter se transformado em alimento. Aqui, não nos preocupamos em verificar se esse relato é verídico

ou não, afinal esta não é a preocupação dos historiadores, mas sim, apontar para a situação de fome e da falta de mantimentos verossímeis em um contexto que permeava a vida desses trabalhadores italianos e que foi um fator extremamente importante para o incentivo à imigração.

Esses italianos, que pereciam com a fome e outros fatores que contribuíam para uma vida difícil, saíram de sua terra e se dirigiram para regiões desconhecidas em busca de melhores condições. O Brasil foi o país que “acolheu” grande parte desses imigrantes “laboriosos”, que vieram para povoar os chamados “vazios demográficos” ou mesmo para levar o “progresso” para a agricultura. É o que conclui a pesquisadora Lucy Maffei Hutter ao afirmar a respeito de uma urgência de uma colonização eficaz para o povoamento e melhorar a agricultura em regiões que não produziam.” (HUTTER, 1987, p. 75)

Aqui no Brasil, especificamente no Paraná, várias colônias foram formadas com incentivo governamental, não somente de italianos, mas também de outras etnias, conforme podemos analisar na tabela abaixo: Nessa tabela estão selecionados apenas alguns núcleos coloniais de determinados municípios do Paraná, dos quais damos destaque para os que foram formados em Campo Largo, pois foi desse município, especificamen-

Contingentes	Porcentagem (%)
Ucranianos	49,2
Poloneses	14,1
Alemães	13,1
Italianos	8,9
Russos	4,2
Franceses	2,5
Austríacos	1,5
Holandeses	1,2
Outros	5,1

Tabela 1.

Contingentes de imigrantes

FONTE: BALHANA, A.; MACHADO, P. WESTPHALEN, C. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 184.

A partir desses dados podemos perceber a representativa presença de italianos, contingente que chegou a 8,9%, perdendo apenas para alemães, ucranianos e poloneses.

Algumas colônias apenas de italianos foram formadas no Paraná. Conforme alguns relatórios de presidentes da Província e também de secretários de obras públicas e colonização, foram as seguintes:

Ano	Município	Colônia	N. de imigrantes
1878	Curitiba	Santa Felicidade	580
1878	Curitiba	Dantas	188
1878	Curitiba	Alfredo Chaves	220
1888	Paranaguá	Visconde de Nacar	164
1889	Campo Largo	Balbino Cunha	122
1889	Campo Largo	Dona Mariana	170

Tabela 2.

Contingentes de imigrantes

Fonte: BALHANA, A.; MACHADO, P. WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164-167.

te da Colônia Balbino Cunha, que os descendentes de imigrantes italianos partiram para Irati.

De acordo com os dados apresentados, as colônias de Campo Largo teriam sido formadas no mesmo ano: 1889. Essa hipótese é afirmada novamente pelo pesquisador Osmar Aggio, que encontrou o primeiro registro de nascimento na Colônia Balbino Cunha, datada do dia 27 de janeiro de 1889. Trata-se do registro de Piero Borato Bianco, filho de Giosue Bianco e Giovanna Borato. (AGGIO, 2005, p. 54)

Os imigrantes italianos que formaram a colônia Balbino Cunha teriam embarcado no porto de Gênova em 4 de janeiro de 1888 e chegaram no Brasil no dia 25 de dezembro do mesmo ano no vapor Canton, conforme pesquisa de Osmar Aggio: “Viajaram na terceira classe (porão) 716 homens, 435 mulheres, 556 crianças de 1 a 12 anos e 47 com menos de um ano (...) Dos 1753 passageiros que chegaram ao Brasil, 115 foram para essa colônia [Balbino Cunha] e 61 para Mariana.”. (AGGIO, 2005, p. 57)

Dos passageiros do vapor Canton que migraram para Balbino Cunha, cujos descendentes migraram, novamente, para o Rio do Couro podemos citar alguns sobrenomes como Giacomazzi (Jacumazo), Manera (Maneira), Bianco, Feltrin e Aggio. Na lista de passageiros do navio que aportou no Rio de Janeiro em 25 de dezembro de 1888, as famílias em menor número das citadas acima foram a Manera e Feltrin. Da primeira constata-se o nome de Achileo Manera (36 anos), Fortunato Manera (12 anos), Candido Manera (33 anos), Angelo Manera (25 anos) e Giovanni Batista Manera (69 anos), todos agricultores e vindos de Resana – Treviso.

Nessa família, Achileo, Candido e Angelo eram irmãos, filhos de Giovanni Batista Manera, viúvo de Stella Ghegin. Já Fortunato era filho de Achileo também viúvo (AGGIO, 2005, 185-187). Percebe-se que nessa família haviam três gerações: pai, filhos e neto e não consta a

presença de nenhuma mulher da família Manera.

No Brasil Achileo casou-se novamente com Giovanna Bianco, com a qual teve mais seis filhos e inclusive um que se chamava Fortunato, este nascido em Campo Largo-PR em 1895. Com relação à família Feltrin, uma única pessoa aportou com o vapor Canton em 1888, tratava-se de Francesco Feltrin. A família Bianco era a mais numerosa no Canton, cerca de 27 pessoas, sendo 15 homens e 12 mulheres. E desse total, 13 eram crianças abaixo de 10 anos. Da família Aggio vieram 8 pessoas, sendo 5 homens e 3 mulheres.

A lista de passageiros de que tratamos acima é da chegada dos imigrantes no porto do Rio do Janeiro em 25 de dezembro de 1888 e em consulta no Arquivo Público do Estado do Paraná o ano da chegada desses imigrantes no porto de Paranaguá foi 1889. A vinda desses imigrantes para Paranaguá teria ocorrido no vapor Ladário (AGGIO, 2005, p. 59). Aqui no Paraná os italianos foram distribuídos em duas colônias: a Balbino Cunha e a colônia Mariana.

Uma das referências que temos sobre a inauguração da colônia Balbino Cunha é uma notícia publicada no jornal Gazeta Paranaense, datada no dia 26 de maio de 1889 e traz como manchete: “Inauguração dos núcleos Balbino Cunha e Dona Mariana”. O texto diz que foi enviada uma comitiva para Campo Largo, com o objetivo de inaugurar os núcleos coloniais. A descrição que é feita das casas da colônia Mariana, dá ao leitor a ideia de que tudo funcionava em perfeita ordem: “Lindíssimas casinhas alvejavam ao longe, cheias de conforto, vendo-se às portas os seus moradores que em simpática gesticulação e aclamações entusiasmáticas saudavam a administração que ia oficialmente inaugurar aquela célula de trabalho.” (GAZETA PARANAENSE. 30 DE MAIO DE 1889. Apud: AGGIO, p.67)

O leitor desavisado, ao ler tal notícia, pode concluir que os imigrantes tinham tudo o que precisavam para

sua sobrevivência e o governo dava todo apoio a essas pessoas recém-chegadas, inclusive oferecendo “belas” casas. Contudo, ao cruzarmos fontes percebe-se que a realidade não era a descrita pelo jornal.

O discurso presente no jornal deixa claro o foco da presença imigrante no Paraná: o trabalho. Ao se referir ao núcleo enquanto uma “célula de trabalho”, a notícia deixa de lado aspectos, como o cultural e social, e enfatiza a importância dessas pessoas para o trabalho e, portanto, a economia paranaense.

A ideia de que tudo funcionava sem qualquer problema ou dificuldade nos núcleos coloniais e com todo apoio do governo entra em contradição ao analisarmos uma carta enviada pelos imigrantes italianos em junho de 1889 ao Presidente da Província, Jesuíno Marcondes:

Pedimos a Sua Excelência a concessão pela graça de nossos pedidos. Primeiro – pedimos as ferramentas necessárias para o cultivo da terra. Segundo – pedimos as sementes. Terceiro – pedimos a comida durante o tempo necessário para o preparo da terra. Quarto – pedimos a graça do trabalho contínuo. Quinto – pedimos a restauração das estradas que não estão completamente prontas nem para as Colônias Campina, Mariana e Rio Verde. Sexto – pedimos um padre para as duas colônias. Sétimo – pedimos dinheiro pelo menos uma vez por mês, ao invés do vale, porque o fornecedor não tem gêneros em quantidade suficientes para todas as famílias e também pedimos um outro fornecedor porque este vende gêneros muito mais caros do que os outros. E se compramos mil réis, pagamos vinte por cento a mais e nesta condição não podemos viver e temos que mandar nossas mulheres pedirem esmolas. Pedimos também um medico para os doentes. (AGGIO, 2005, p. 70-71)

A colônia Balbino Cunha, teve grande maioria de seus imigrantes vindos da região italiana do Vêneto, que segundo Osmar Aggio chegava a 100%:

A Itália é composta de 20 regiões. Mas apenas uma delas, o Vêneto, cedeu quase 50% dos italianos que migraram para o Brasil. No sul do país, este percentual é ainda maior. Chega a mais de 90%, no Paraná. A Colônia Balbino Cunha foi 100% veneta. (AGGIO, 2005, p. 25)

A colônia Balbino Cunha, localizada em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, recebeu esses imigrantes italianos antes de 1900 e na segunda década do século XX os já descendentes desses imigrantes começaram a comprar terras na cidade de Irati, principalmente na localidade do Rio do Couro.

## DA BALBINO CUNHA PARA IRATI-PR: A COMPRA E A VENDA DE TERRAS

Segundo José Maria Orreda em seu livro intitulado “Irati”, os imigrantes italianos começaram a se fixar na localidade do Rio do Couro desde 1917/1918, vindos de Campo Largo. (ORREDA, 1972, p. 65)

Nas primeiras décadas de século XX, muitas famílias de italianos e seus descendentes, em busca de novas terras e oportunidades, migraram para o município de Irati-PR (também chamado de “Sertão” pelos moradores da Campina) e lá formaram um núcleo colonial chamado Rio do Couro (o lugar recebeu este nome devido à morte de uma anta, cujo couro foi deixado estaqueado ao lado da estrada, perto de onde o rio passa), com muitas famílias de italianos da Campina. (AGGIO, 2005, p. 64)

Não encontramos nenhuma referência ou fonte que nos ajudasse a compreender o porquê desses descendentes terem se fixado em Rio do Couro. Nas escrituras públicas de compra e venda de terras, analisaremos quem eram os vendedores, quem eram os compradores e a quantidade de terras que estavam sendo vendidas.

As fontes que utilizaremos para análise fazem parte do acervo particular de moradores do Rio do Couro. São escrituras públicas de compra e venda de terras datadas desde 1921, manuscritas, e variam de 4 a 10 páginas cada documento. Nessas fontes consta a quantidade de terras que estava sendo vendida, os compradores, os vendedores, a localidade, a profissão dos envolvidos e o valor de cada área. No caso dos compradores, a maioria dessas escrituras indica descendentes de italianos e os vendedores pessoas “brasileiras”. É claro que não podemos nos esquecer que a maioria dessas escrituras foram coletadas com descendentes de italianos, netos e bisnetos dos imigrantes, e isso justifica que a maioria dos compradores tenham sobrenomes italianos. Tratam-se das famílias Manera<sup>3</sup>, Bianco e Aggio.

As escrituras analisadas são datadas de 1921 até a 1947 e compõem o acervo particular de duas famílias moradoras do Rio do Couro. A tabela abaixo foi construída a partir dos dados retirados das escrituras públicas de compra e venda de terras. Desses documentos retiramos a data, o nome dos vendedores, dos compradores, a quantidade de terras e o local que se

3 -A grafia atual é Maneira, mas preferimos utilizar o sobrenome com a mesma grafia dos documentos cartorários da época.

Nº DA ESCRITURA	ANO	OUTORGANTE (vendedor)	OUTORGADO (comprador)	QUANTIDADE DE TERRA	LOCAL
1	1921	Francisco Vinuka	Luiz Jacumasso	11 alqueires	“Rio do Coro”
2	1921	Luiz Jacumasso e Izidora Maneira	Fortunato Maneira, José Maneira, João Maneira, Regina Maneira e Angela Maneira	11 alqueires	“Rio do Couro”
3	1923	Maurília Antônia Neves Gaspar	Joana Bianco	5 alqueires	“Serro da Ponte Alta”
4	1923	José Pereira de Jesus e sua mulher Florinda Pereira de Jesus	Fortunato, José, Regina e Angela Maneira	7 alqueires	“Ponte Alta”
5	1923	Luiz Koch	Fortunato Maneira, Regina, Ângelo e João Maneira	7 alqueires e meio	“Campina do Fachinal”
6	1927	João Jacomasso e sua mulher Carolina Aggio	Fortunato, João e Regina Maneira	4 alqueires	“Rio do Couro”
7	1929	Joana Bianco, José Angelo Brandalise e sua mulher	Fortunato Maneira, José Maneira e Regina Maneira	5 alqueires	“Rio do Couro”
8	1931	Luiz Carneiro Mariano e sua mulher	Luiz, João Batista e Miro Maneira	17 alqueires	“Rio do Couro”
9	1931	Antonio Braz da Silva e sua mulher	Luiz Maneira	5 alqueires	“Cerro da Ponte Alta”
10	1932	Angela Maneira Brandalise	Fortunato Maneira, João Maneira e Regina Maneira	16 alqueires	“Rio do Couro”
11	1932	Tobias Pereira de Jesus e sua mulher	Joana Maneira e seus filhos (Fortunato Maneira, José Maneira, João Maneira, Regina Maneira e Angelo Maneira)	18 alqueires	“Cerro da Ponte Alta”
12	1932	Sebastião de Paula Cordeiro	Fiorindo, João Batista e Luiz Maneira	10 alqueires	“Serro Fachinal da Ponte Alta”
13	1935	Francisca dos Anjos Soares	Luiz Maneira	12 alqueires	“Cerro da Ponte Alta”
14	1936	João de Oliveira Souza e sua mulher	Fortunato Maneira	-	“Rio do Couro”
15	1941	José Marcelino de Lara e sua mulher Rachel Teixeira	João Batista Maneira	6 alqueires	“Quarteirão da Lagoa”

16	1943	José Angelo Brandalise e sua mulher	Fortunato Maneira	1 alqueire e 24 litros	"Cerro da Ponte Alta"
17	1947	Messias de Paula Cordeiro	Fiorindo Maneira, João Batista Maneira, Luiz Maneira e Miro Maneira	10 alqueires	"Serro da Ponte Alta"

Desse total de 145 alqueires, grande parte pertencia a duas localidades: Rio do Couro e Cerro da Ponte Alta. Esta última é uma localidade próxima ao Rio do Couro, cerca de 6 km.

Essa importância dada à compra de terras e não à venda pode estar relacionada à própria origem agrícola desses imigrantes, uma vez que uma grande parte dessas pessoas eram agricultoras, conforme registrou-se nas listas de passageiros. Ainda, nota-se entre esses sujeitos o "apreço pela propriedade da terra, trabalho como redenção do indivíduo, alta valorização dos vínculos familiares, além da moral católica apostólica romana". (PICOLI, 2011, p. 4)

Mais ainda, a terra relaciona-se com o trabalho.

Não é a propriedade nominal apenas. A posse legal sobre a terra justifica-se, no imaginário coletivo, como meio para a ação transformadora pelo trabalho. Tirar a terra do mato (não é só tirar o mato da terra), construir um quintal, zelar por uma bela horta ou pomar, edificar a morada nas proximidades destes, é inserir-se nos padrões do grupo. Não o fazer é ser alvo de censura, fofocas depreciativas, exclusão dos privilégios do pertencer. (PICOLI, 2011, p. 5)

A importância dada à terra e ao trabalho pode ser compreendida pelos padrões culturais criados pelo grupo. Tais padrões possuem um poder coercitivo no grupo e criam uma importância da relação entre o homem e a propriedade da terra e entre a terra e o trabalho.

Algumas famílias acabavam comprando terras juntamente com outros membros familiares. É o caso das escrituras de nº 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12 e 17. Essas escrituras têm como compradores um grupo de irmãos, a maioria do sexo masculino, aparecendo apenas três mulheres como compradoras: Regina Maneira, Joana Bianco e Angela Maneira.

A única escritura que além dos irmãos também a mãe, Joana Maneira, aparece como compradora é a escritura nº 11. Verificando a genealogia da família Bianco e Manera, percebemos que Joana Maneira, veio de Itália no vapor Canton, mas seu nome foi escrito como "Giovanna Bianco", a qual faleceu no Rio do Couro no dia 16/12/1941 e, quando comprou as terras, seu marido, Achile Manera, já havia

falecido no dia 20/09/1912 em Campo Largo. O fato de na lista de passageiros ser registrado o sobrenome Bianco, e não Manera, deve-se ao fato de que "Giovanna" casaria aqui no Brasil, recebendo o sobrenome Manera de seu marido.

A família que é citada nas escrituras e que comprou terras escrituradas-as em nome dos irmãos são filhos de Achile Manera e Giovanna Bianco, ambos vindos da Itália no vapor Canton, em 1888, mas sem estarem casados ainda. Da união de Achile e Giovanna, nasceram 8 filhos, dos quais 7 adquiriram terras. O fato de apenas um filho não possuir terras, deve-se à morte deste com apenas 1 ano de idade, como podemos observar na genealogia organizada por Osmar Aggio.

Filhos de Achile Manera e Giovanna Bianco: (AGGIO, 2005, p. 287)

#### 1. Fortunato Manera

\* 09/10/1895 – Campo Largo  
+ 10/12/1948 – Irati

#### 2. José Manera

\* 24/05/1897 – Campo Largo  
+ 17/08/1966 - Irati

#### 3. Regina Maria Manera

\* 15/11/1898  
+ 19/04/1961

#### 4. Angelo Antonio Manera

\* 23/03/1900 – Campo Largo  
+ 13/04/1901 – Campo Largo

#### 5. Angela Manera

\* 28/02/1903 – Campo Largo  
+ ?

#### 6. João Manera

\* 19/08/1905 – Campo Largo  
+ 10/11/1948 - Irati

A partir dessa genealogia podemos perceber que Giovanna Bianco, que nas escrituras é mencionada como Joana Manera, veio para o Rio do Couro com seus filhos, uma vez que o nascimento destes foi registrado em Campo Largo, conforme informam as próprias escrituras.

O fato de as escrituras, em sua maioria, identificarem os compradores do sexo masculino, re-



velam fronteiras de gênero que foram construídas. No caso da escritura de Joana Manera, podemos observar que esta era viúva e, talvez, devido a esse motivo que seu nome aparece como compradora. Já Regina e Angela ainda eram solteiras. Tanto no caso de Joana, quanto de Regina e Angela, percebe-se que o nome das mesmas aparece em evidência nas escrituras, possivelmente pela ausência de uma figura masculina, no caso o marido.

Outro ponto interessante que observamos nas escrituras é que uma quantidade pequena de famílias de descendência italiana foram vendedoras de terras, se comparado a outras famílias, no caso as “brasileiras”. Nesse caso, devemos pensar que quando essas compras e vendas de terras foram realizadas, fazia pouco tempo que as famílias italianas haviam saído de Campo Largo. O primeiro registro que tivemos acesso foi datado em 1921, poucos anos após a chegada desses descendentes em Rio do Couro. Talvez, o que ajuda a entender o fato de a maioria das terras tenha sido vendida por “brasileiros” esteja relacionada ao pequeno número de descendentes de imigrantes italianos que haviam chegado, e que, portanto, a maioria das terras estava em propriedade de pessoas de outras descendências.

Consideramos que o fato das escrituras analisadas terem como compradores apenas pessoas de descendência italiana pode estar relacionado à própria coleta desses documentos, pois os mesmos estavam sob a posse das famílias descendentes de italianos. Não descartamos a hipótese de havia outras pessoas, de outras descendências comprando terras nessa região.

Nas escrituras observa-se a comercialização de dois tipos de terras: de cultura e de “fachinal”. As terras de cultura eram as terras que já se praticava a agricultura e que eram mais valorizadas; e as terras de “fachinal” eram as terras cobertas pela mata nativa. (MANEIRA, 2014, p. 35)

Uma das escrituras, datadas do dia 22 de janeiro de 1941, no Distrito de Gonçalves Júnior, indica a presença das terras de cultura e faxinal. Tratava-se da compra e venda de algumas áreas de terras localizadas em “Rio do Coro”, “Campina do Fachinal” e “Cerro da Ponte Alta”, as quais pertenciam a José Angelo Brandalise e sua mulher Angela Maneira Brandalise, sendo adquiridas por Fortunado Maneira, Regina Maneira e João Maneira. (MANEIRA, 2014, p. 28). Nesse documento as áreas de terras são descritas de seguinte forma:

Diversas áreas de terras de culturas e fachinal, com

um total de desesseis (16) alqueires, situados uma no lugar Rio do Coro, outra em Campina do Fachinal e três lotes no lugar Cerro da Ponte Alta, tudo neste município, cuja área de terreno se acha englobada com outros terrenos dos adquirentes e cuja divisa total consta na escritura e transcrição. (LEANDRO, 1941. A grafia foi mantida como no documento original.)

As áreas denominadas de cultura, era onde podia de praticar a agricultura e possivelmente eram as mais valorizadas economicamente no momento da compra e venda. As áreas de faxinal, no documento acima transcrito, podem ser entendidas como terras na qual havia a presença da mata nativa e, possivelmente, utilizadas também para a criação de animais no criadouro comunitário. Outro ponto importante que a escritura nos permite inferir é que descendentes de italianos não adquiriram terras somente no Rio do Couro, mas também em comunidades vizinhas, como é o caso da localidade do Cerro da Ponte Alta citada na escritura, onde também foram adquiridas terras. A compra de terras em locais distantes dos quais haviam fixado residência, obrigava muitas famílias a construírem pequenas moradas, ou paíóis, nas áreas que praticavam a agricultura, permanecendo ali durante nos dias de trabalho na lavoura e aos finais de semana regressavam para suas casas.

Outro documento de compra e venda de terras foi redigido em 28 de junho de 1943, pelo escrivão Miguel Agulhan Junior, também em Gonçalves Júnior. O terrenos pertencia a José Marcelino de Lara e sua mulher Rachel Teixeira de Lara, sendo o comprador João Batista Maneira.

No lugar denominado Quarteirão da Lagoa, Distrito de Bom Retiro, neste Município, são senhores e legítimos possuidores de um terreno de faxinais com a área de seis alqueires, existindo no mesmo um paiol velho de madeiras, com as seguintes confrontações: começa em um marco a margem do rio Preto, seguindo por este abaixo até encontrar um guabirobeira... (JÚNIOR AGULHAN, 1943)

O documento, acima transcrito, caracteriza a área que está sendo negociada como um “terreno de faxinais” no qual existia “um paiol velho de madeiras”, confrontando com o “rio Preto” e com “um guabirobeira”. Citar a presença de um paiol de madeira, mesmo “velho”, poderia ser uma forma de valorizar o terreno no momento da venda, ou mesmo, ser uma forma, apenas de diferenciá-lo de outras terras que pudessem fazer divisa com essa área. É interessante percebermos que as divisas dos terrenos não foram feitas por meio de cercas ou ou-

tra forma de delimitação, mas sim por elementos da própria natureza, como um rio e uma árvore. (MA-NEIRA, 2014, p. 29)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos cartoriais são fontes que nos permitem sondar uma série de aspectos ligados à imigração italiana, como a compra e a venda de terras. A análise desses documentos, entre as décadas de 1920 e 1940, nos permite perceber que a quantidade de terras compradas pelos descendentes de italianos em Irati-PR foi algo significativo, sendo que a grande maioria dos vendedores eram pessoas de outras etnias.

As escrituras públicas de compra e venda de terras, apesar de se restringirem a apenas algumas famílias, revelam que poucas foram as famílias de descendência italiana que vendiam terras. Nota-se que a posse da terra era algo valorizada por essas pessoas, principalmente para a prática da agricultura. Essa relação estabelecida com a terra possui ligações com os padrões morais criados pelo grupo, os quais atribuem grande importância à posse da terra e ao trabalho.

Não podemos negar que a importância dada à posse da terra também estava ligada à própria origem agrícola dessas pessoas. Os italianos que vieram para o Brasil e se dirigiram para a colônia Balbino Cunha eram, em sua grande maioria, agricultores e, portanto, necessitavam da terra para sobreviver. Quando muitos descendentes de italianos deixaram a colônia em Campo Largo, talvez, a quantidade de terras existentes no local já era insuficiente para a sobrevivência agrícola. Grande parte das pessoas que vieram da colônia para Irati, já havia nascido em Campo Largo o que demonstra que a quantidade de pessoas havia aumentado significativamente dentro de algumas décadas.

A compra da terra também era algo que revelava questões de gênero, uma vez que as mulheres sempre eram mencionadas em segundo plano nessas escrituras compradas e vendas de terra. Quando uma área de terra era comprada o maior destaque nas escrituras era do homem. As mulheres só foram citadas como “esposas”, mas não como compradoras. As únicas exceções foram quando as mulheres ainda estavam solteiras, ou então viúvas.

As escrituras que analisamos se referem exclusivamente a algumas famílias do Rio do Couro, o que

não significa que todas as escrituras de compra e venda de terras apresentam os mesmos elementos que analisamos. Nosso intuito foi analisar os pontos relevantes que esses documentos possuíam e que contribuem para entendermos uma parte do que foi a inserção desses descendentes de imigrantes italianos após sua partida da Colônia Balbino Cunha.

## FONTES DOCUMENTAIS

JÚNIOR AGULHAN, Miguel. **Escritura** Pública de Compra e Venda. Gonçalves Júnior, 1943.

LEANDRO, Esmeraldo. **Escritura** Pública de Compra e Venda. Gonçalves Júnior, 1941. A grafia foi mantida como no documento original.

FOTOGRAFIA. Arquivo particular de Maria Elizabeth Maneira – aprox. década de 1970

## REFERENCIAS

AGGIO, Osmar. **A colônia que veio do pó**. Gráfica Planeta Ltda, 2005.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente!**: italianos em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, V. 3. Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BALHANA, A.; MACHADO, P. WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti. Italianos no Paraná. In: BONI, Luis A. de (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). O fundo de pasto que queremos: política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos. Salvador: CAR, abr. 2003. *Apud*: SANTOS, Diana Anunciação. **Da migração a permanência**: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da

Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10985/1/Dissertacao%20Diana%20Santosseg.pdf>. Acesso em 08/01/2019.

CHANG, M. Y. **Faxinais**: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988.

HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil (séculos XIX e XX): dados para a compreensão desse processo. In: BONI, Luis A. de (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

MANEIRA, Regiane. **Narrativas sobre a praga de gafanhotos nas localidades de Faxinal dos Mellos, Faxinal do Rio do Couro e Rio do Couro: Irati-PR, década de 1940**. Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO, 2014. 149 f.

MEIRA, Antonio M. K.; VANDRESEN, J. C. [et al]. Mapeamento situacional dos faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 113-132

NERONE, Maria M. **Terras de plantar, terras de criar** – sistema faxinal: Rebouças – 1950-1997. 284 f. Tese (Doutorado em História). UNESP. Assis-SP, 2000.

ORREDA, José Maria. **Irati**. Irati, Pr: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda, 1972.

PEREIRA, Jacieli Domingues. **Ler, escrever e contar: escolas informais do Faxinal dos Marmeleiros entre os anos de 1930 a 1940**. Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO, 2014.

PICOLI, Bruno Antonio. Sono Tutti Buona Gente: a invenção da superioridade italiana. **Revista Semina** V10 - 2º semestre/2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4388>. Acesso em 12/06/15.

SANTOS, Roselys Izabel Correa. **Terra Prometida**. Apud. AGGIO, Osmar. A colônia que veio do pó. Gráfica Planeta Ltda, 2005.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 29-89.

TORRES, Paulo Rosa. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos no semiárido baiano (1980 - 2010)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial e desenvolvimento social) Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2011.